

VEM AÍ O XIV PROLATINO

Com o lema “210 Anos da chegada da Família Real ao Brasil”, o evento reunirá cerca de 300 participantes no Rio de Janeiro. **PÁGINA 10**



5ª EDIÇÃO DO PRÊMIO OLIVIO KOLIVER

Será no dia 29 de setembro, no CRCSP, a entrega da comenda para os autores do artigo vencedor do Prêmio promovido pela Revista Brasileira de Contabilidade. **PÁGINA 17**

Projeto propõe um País mais transparente e sustentável

O projeto Abraçando o Controle Social está percorrendo as capitais brasileiras e engajando os profissionais da contabilidade nas ações sociais. **PÁGINA 5**

Foto: Crédito da Foto



Publicado o resultado do 1º Exame de Suficiência de 2018

PÁGINA 3

Nova Diretoria do CFC: 180 dias de gestão

PÁGINA 13

Ifac conhece o processo de convergência das normas de contabilidade no País



O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) recebeu, nos dias 30 e 31 de julho, a visita institucional do gerente técnico de Qualidade e Desenvolvimento da Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês), Manuel Arias. O objetivo do encontro foi conhecer o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) ao padrão internacional, emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), que deverão ser publicadas, gradualmente, até 2021. **PÁGINA 10**



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PLENÁRIO DO CFC

Presidente

Zulmir Ivânio Breda

Vice-Presidentes

Contador Aécio Prado Dantas Júnior
 Contador Idésio da Silva Coelho Júnior
 Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
 Contador Marco Aurélio Cunha de Almeida
 Contador Sergio Faraco
 Contadora Lucélia Lecheta
 Contadora Lucilene Florêncio Viana
 Contadora Sandra Maria Batista
 Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos

Conselheiros Efetivos

Contador Antônio das Graças Alves Ferreira
 Contador Carlos Henrique do Nascimento
 Contador Carlos Rubens de Oliveira
 Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
 Contador Francisco Brito do Nascimento
 Contador Garibaldi Dantas Filho
 Contador Geraldo de Paula Batista Filho
 Contador Haroldo Santos Filho
 Contador João Altair Caetano dos Santos
 Contador João de Oliveira e Silva
 Contador João Gregório Júnior
 Contador Lourival Alves Cavalcante
 Contador Sebastião Célio Costa Castro
 Contador Wellington do Carmo Cruz
 Contadora Diva Maria de Oliveira Gesualdi
 Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
 Técnico em Contabilidade Vivaldo Barbosa de Araújo Filho

Conselheiros Suplentes

Contador Aloísio Rodrigues da Silva
 Contador Carlos Barcellos Damasceno
 Contador Elias Dib Caddah Neto
 Contador Everildo Bento da Silva
 Contador Glaydson Trajano Farias
 Contador Heraldo de Jesus Campelo
 Contador José Cleber da Silva Fontineles
 Contador José Domingos Filho
 Contador José Eraldo Lúcio de Oliveira
 Contador Luiz Henrique de Souza
 Contador Marcelo Cavalcanti Almeida
 Contador Marcos de Araújo Carneiro
 Contador Orias Batista Freitas
 Contador Pedro Gabriel Kenne da Silva
 Contador Rivaldo Costa Sarmento
 Contador Weberth Fernandes
 Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
 Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
 Contadora Clara Germana Gonçalves Rocha
 Contadora Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira
 Contadora Maria Constança Carneiro Galvão
 Contadora Marisa Luciana Schvabe de Moraes
 Contadora Nilva Amália Pasetto
 Contadora Regina Célia Nascimento Vilanova
 Contadora Vânia Labres da Silva
 Técnico em Contabilidade Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
 Técnico em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara

EXPEDIENTE

Diretora Executiva

Elys Tevania de Carvalho

Jornal do CFC

Ano 21, n.º 146, julho / agosto de 2018

Edição/jornalista responsável: Andréa Rosa – 4862/00.DRT/MG

Redação: Fabrício Santos

Rafaella Feliciano

Daniel Bruce (estagiário)

Projeto gráfico: Thiago Luis Gomes

Diagramação: David Duarte Rodrigues

Alexandre Gonçalves Teixeira (estagiário)

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Telefone: (61) 3314-9513

E-mail: comsocial@cfc.org.br

Conselho Federal de Contabilidade

SAUS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC

CEP 70070-920 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3314-9600

Site: www.cfc.org.br | e-mail: cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte

PALAVRA DO PRESIDENTE

Zulmir Ivânio Breda

Caros Profissionais,

Passamos dos 180 dias de gestão com importantes projetos em prol da classe contábil brasileira, hoje composta de mais de 520 mil profissionais em todo o País. No rol dessas atividades - que estão a todo vapor -, destaco a importância da reformulação do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, que está norteando a Contabilidade para um futuro ainda mais promissor.

Estamos atentos a todos os desafios que estão sendo postos à frente da nossa profissão, especialmente aqueles relacionados com os impactos da tecnologia, que precisam ser transformados em oportunidades pela classe.

E, por falar em futuro, sem esquecer o presente, a classe contábil vem semeando boas práticas sociais, que elevam e dignificam a profissão, a exemplo do projeto Abraçando o Controle Social, fruto da parceria entre o CFC, Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracion), FBC, Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), já lançado em Brasília, Maceió, Campo Grande, Rio de Janeiro e João Pessoa. Outras capitais receberão o projeto ainda neste segundo semestre de 2018.

O projeto visa conscientizar os profissionais da contabilidade e gestores de controle interno e externo das entidades públicas sobre o papel fundamental desses atores para o funcionamento dos mecanismos de controle social.

Esta edição do jornal traz, ainda, matérias e artigos que reforçam o papel do CFC como fator de proteção da sociedade, como, por exemplo, os artigos “A essencialidade do combate ao vício da corrupção”, “Estrutura tributária e a qualidade dos gastos públicos” e “Importância da fiscalização profissional”, que, certamente, nos fazem refletir a respeito da nossa importância para o desenvolvimento e crescimento econômico do País.

O caro leitor encontrará, ainda, matérias referentes à Reunião de Presidentes do sistema CFC/CRCs; Prestação de Contas Eleitorais; XIV Prolatino, que acontece em outubro, no Rio de Janeiro; e o 11º Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis, a ser realizado em São Paulo, em setembro, entre outras.

Boa leitura.

>> NESTA EDIÇÃO

A essencialidade do combate ao vício da corrupção	4
As áreas que atuam para o funcionamento do Sistema CFC/CRCs	6
Vice-Procurador geral do TSE participa da reunião Plenária no CFC	7
XIV Prolatino discute sobre o impacto da tecnologia na profissão	10
Seminário Nacional inspira eventos regionais	11
CFC conquista a mais moderna versão da norma ISO	12
CFC tem 180 dias de gestão	13
CFC divulga Relatório de Atividade do CRE 2017	14
A importância da fiscalização profissional	15
Profissionais buscam mais especialização	16
Profissionais da contabilidade participam de eventos com foco social	18

Foto: César Tadeu



>> EXAME DE SUFICIÊNCIA

Divulgado resultado da primeira edição de 2018

O Exame teve a participação de mais de 43 mil candidatos. 30% foram aprovados.

Andréa Rosa – Comunicação CFC

O CONSELHO FEDERAL de Contabilidade (CFC) divulgou, no dia 30 de julho, o resultado do Exame de Suficiência, voltado para bacharéis em Contabilidade que pretendem obter o registro na categoria. Com aproximadamente 49 mil inscritos e 43.864 presentes, o primeiro Exame de 2018 teve índice de aprovação de 30,16%. O resultado, publicado no Diário Oficial da União de hoje (30/7), Seção 3, páginas 128 a 156, pode ser consultado aqui.

“O principal objetivo do Exame é oferecer à sociedade profissionais mais gabaritados para exercer suas funções a partir de um nivelamento de conhecimento técnico”, explicou o vice-presidente de Registro do CFC, Marco Aurélio de Almeida.

Entre os Estados com maiores índices de aprovação estão Rio Grande do Sul (36,9%), Paraná (36,7%) e Distrito Federal (36,3%). No total, 13.231 candidatos foram aprovados, e o Exame teve 9,8% de abstenção.

RAIO X - EXAME DE SUFICIÊNCIA - 1/2018

O Exame de Suficiência é indispensável para obtenção do registro profissional e foi instituído em 2010, com o objetivo de garantir o nivelamento e a qualidade dos serviços contábeis oferecidos no País.

As provas da segunda edição de 2018 do Exame de Suficiência serão aplicadas em todo o território nacional no dia 23 de setembro, das 13h às 17h, no horário oficial de Brasília. Mais informações podem ser obtidas aqui.

Exame de Suficiência 2018.2

Raio-X

43.864 presentes

Índice de aprovação de 30,16%

Os Estados com maiores índices de aprovação são :

Rio Grande do Sul (36,9%)

Paraná (36,7%)

Distrito Federal (36,3%)

artigo

A essencialidade do combate ao vício da corrupção

Por Zulmir Ivânio Breda – Presidente do CFC

“NOS ÚLTIMOS ANOS, os eventos de corrupção no Brasil se tornaram notícia frequente na mídia. A cada dia, surgem novos casos de atos criminosos envolvendo empresas e Governo, que trazem consigo sentimentos de indignação e desalento quanto a uma possível mudança de cenário. Além disso, trazem o risco de que a corrupção seja vista como um traço cultural do povo brasileiro, o que, definitivamente, não pode acontecer.

Nesse ponto, cabe mencionar a sábia filosofia aristotélica. Em sua obra *Ética a Nicômaco*, entre outros assuntos, Aristóteles (384-322 a.C) disserta sobre as virtudes morais em oposição aos vícios. Segundo ele, tanto as virtudes quanto os vícios não surgem em nós por natureza, mas são adquiridos em resultado do hábito, ou seja, pelo exercício da prática. Ele salienta que “(...) os homens tornam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tangendo seus instrumentos. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos” (E.N. 1103 b). Assim, é por meio dos atos que praticamos que adquirimos um estado ou condição permanente – que dificilmente será retirado de nós – de pessoas virtuosas ou viciosas. Deste modo, esse filósofo nos ensina sabiamente que está ao nosso alcance, isto é, depende de nós sermos virtuosos ou viciosos – justos ou injustos. Ademais, se depende de nós – da nossa vontade –, pode ser conferida honra ou punição.

Do mesmo modo, entendemos que a corrupção é adquirida pelo hábito de praticar atos ilícitos, pela pretensão de obter vantagem em tudo e saber que a punição, em grande parte dos casos, pode ser branda. Neste sentido, estudos apontam que, de certo modo, o crime compensa. Ao que parece, o fator decisivo na escolha pela prática do crime não é a probabilidade de que o criminoso não seja capturado, mas a severidade da punição que irá, ou não, receber.

Cabe salientar alguns impactos causados por essa prática. Somado ao conjunto de adjetivos negativos que podemos elencar, a corrupção contribuiu para a situação dramática de áreas vitais da sociedade, como saúde e educação. Dados apontam que, nos últimos anos (2004-2016), essas áreas foram alvo de cerca de 70% dos esquemas de corrupção.



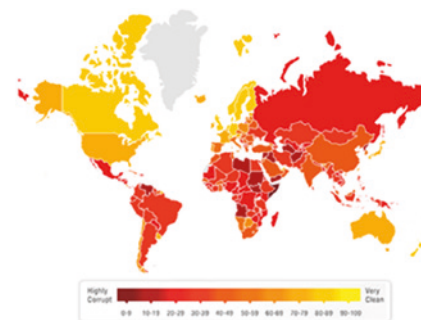
Contudo, mesmo em meio à instabilidade e à falta de perspectiva da população quanto ao cenário político-econômico brasileiro, algo que ocorreu nos últimos anos merece o nosso reconhecimento. As operações realizadas pela Polícia Federal, como a Zelotes e a Lava Jato, foram ocasiões ímpares, em que se investigaram e se prenderam muitas pessoas influentes tanto do meio político quanto do empresarial. De fato, esses podem significar avanços importantes em direção à “tolerância zero” em relação a corruptos e corruptores.

No entanto, mesmo com essas ações que ocorreram e estão ocorrendo no País, nosso desempenho não é bom, em comparação a outros países, quando o assunto é o nível de corrupção percebido pela população. O Índice de Percepção da Corrupção (Corruption Perceptions Index (CPI) – Transparency International) obtido pelo Brasil passou de 40 pontos em 2016 para 37 pontos em 2017, caindo 13 posições no ranking, deslocando-se da 79ª para a 96ª posição. Esse índice classifica 180 países e territórios por seus níveis percebidos de corrupção no setor público, de acordo com especialistas e empresários, utilizando uma escala de 0 a 100, onde 0 significa altamente corrupto e 100 significa altamente íntegro.

Como podemos observar na figura abaixo, a corrupção é um problema de amplitude global. Em 2017, o índice constatou que mais de dois terços dos países pontuaram abaixo de 50, com uma média

geral de 43 pontos. Tendo em vista que a pontuação obtida pelo Brasil foi de 37, ele se encontra abaixo dessa média, o que torna a situação mais desagradável. No mapa, quanto mais vermelho-escuro, menor o indicador e, conseqüentemente, mais corrupção é percebida no país.

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO - 2017



Um fato notório é que os países que apresentam os piores índices de percepção de corrupção estão, também, entre os que apresentam os maiores níveis de desigualdade de renda, o que corrobora a relação existente entre essas duas variáveis – quanto mais corrupto o país, mais desigual em termos sociais. Esse ambiente acaba por reforçar a falta de confiança da população nas instituições políticas, o que pode contribuir para a disseminação do populismo.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

>> INSTITUCIONAL

Abraçando o Controle Social

Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro recebem o projeto.

Por Rafaella Feliciano - Comunicação CFC

“O FORTALECIMENTO DO Controle Social da gestão pública é medida imperiosa, que precisa ser apoiada pelos profissionais da contabilidade, pois possuímos o conhecimento e a familiaridade com a gestão das organizações e podemos, sim, emprestar valiosa colaboração nessa causa, que é de todos nós”. A mensagem é do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, que participou, no dia 7 de agosto, do lançamento regional do projeto Abraçando o Controle Social, em Campo Grande (MS).

A iniciativa tem como propósito conscientizar os profissionais da contabilidade e gestores de controle interno das entidades públicas sobre o papel fundamental desses atores para o funcionamento dos mecanismos de controle social, levando informações aos municípios e difundindo as boas práticas de controle social. O objetivo é que a classe contábil possa estar engajada na promoção do desenvolvimento de uma consciência coletiva, com responsabilidade social, visando a uma administração pública mais transparente e sustentável.

“O projeto representa a consolidação da participação da classe contábil, no que podemos chamar de uma verdadeira revolução silenciosa e pacífica que vem acontecendo no Brasil: a participação da sociedade civil no controle social da gestão pública”, reforçou o presidente do CFC.



Profissionais de Mato Grosso do Sul participam do evento.

Mato Grosso do Sul foi o segundo estado a receber a iniciativa, que faz parte de uma parceria firmada entre o CFC; a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon); a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC); e o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

Durante o encontro, a presidente do CRCMS, Iara Sônia Marchioretto, lembrou que o projeto é integrado pela dedicação voluntária dos profissionais e, nesse sentido, destacou também a importante atuação do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), que possui, em todo o País, mais de sete mil participantes. “Quero convidar os nossos profissionais para integrar as ações voluntárias doando parte de seu tempo para melhorar a realidade do nosso País”.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

RIO JANEIRO – O Rio de Janeiro foi o terceiro estado brasileiro a receber o projeto Abraçando o Controle Social. O lançamento da iniciativa na região foi realizado no dia 29 de agosto, no Ministério Público do RJ, e contou com a presença do presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Zulmir Breda.

“É a consolidação da participação da classe contábil, junto com a sociedade, para uma verdadeira revolução pacífica. Nosso Brasil presencia um dos momentos mais difíceis de sua história e não estamos sabendo como lidar com tantos desafios. E é por isso que precisamos unir forças para que mudança aconteça de fato e, como presidente do CFC, firmo o compromisso em difundir essa ideia em todas as regiões do país”, reforçou Zulmir Breda.

Durante o encontro, o presidente do CRCRJ, Waldir Jorge Ladeira dos Santos, agradeceu a chegada do projeto ao Rio de Janeiro e lembrou que a iniciativa é integrada pela dedicação voluntária dos profissionais. Nesse sentido, destacou a importante atuação do PVCC e do Observatório Social do Brasil (OSB).

“É mais um sonho realizado de união e cooperação conseguirmos lançar o projeto no Rio de Janeiro. Temos 55 mil profissionais registrados em nosso estado e sabemos da nossa força. E o controle é, para nós, fundamental para o desenvolvimento de um país mais transparente com a retomada da ética e do compromisso com a população”, disse.



Rio de Janeiro foi o terceiro estado a receber o projeto.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

>> **INSTITUCIONAL**

Vice-Presidências do CFC intensificam ações para a consolidação do Sistema

As áreas do CFC acompanham a evolução da Contabilidade para a o fortalecimento da profissão.

Por Rafaella Feliciano – Comunicação Social

HÁ ALGUMAS SEMANAS, o Conselho Federal de Contabilidade divulgou uma matéria sobre a importância do Sistema CFC/CRCs. No texto, temas como Registro Profissional, Educação Profissional Continuada, Fiscalização e a Convergência das normas brasileiras estiveram em destaque atestando a importância do papel do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais, na orientação, normatização e fiscalização da classe contábil.

Mas, além de todas essas áreas, existem outras equipes que trabalham nas bases dos pilares do Sistema CFC/CRCs para que a Contabilidade no Brasil esteja sempre acompanhando as inovações, desafios e obrigações com profissionalismo e presteza. São elas:

CONTROLE INTERNO - Auxiliar no planejamento, controle e avaliação da execução orçamentária e financeira dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, são atribuições inerentes à Vice-Presidência de Controle Interno. Liderada pela vice-presidente, Lucilene Florêncio Viana, entre outras funções, compete à Vice-Presidência coordenar os trabalhos da Câmara e atuar, por meio da Auditoria Interna, em caráter orientativo e preventivo, de forma a contribuir para a melhoria da gestão.

Há oito anos à frente da Vice-Presidência, a contadora Lucilene Viana vem realizando grandes feitos, com destaque para a revisão do Manual de Contabilidade e o constante Assessoramento aos CRCs. "Também temos novos desafios, como promover a adoção do procedimento de



Vice-Presidente de Controle Interno, Lucilene Florêncio Viana



Vice-Presidente Administrativo, Sérgio Faraco

gerenciamento de riscos; utilizar sistemas informatizados de auditoria; e melhorar a avaliação da eficiência do sistema de controles internos do CFC e dos CRCs", resalta.

ADMINISTRATIVO - Reunindo o maior número de setores do Conselho Federal de Contabilidade, a Vice-Presidência Administrativa possui mais de 70 colaboradores, representando cerca de 40% do total de colaboradores, para assegurar adequada infraestrutura técnica e de logística, orientar sobre os recursos financeiros, físicos e humanos, bem como atender às necessidades institucionais, acompanhando



Acio Dantas, Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional



Vice-Presidente de Política Institucional, Joaquim de Alencar Bezerra Filho

os projetos definidos pelo Plano de Trabalho e realizando as atividades contábeis e financeiras, administrativas e de pessoal.

O contador Sergio Faraco, que está à frente da Vice-Presidência há quatro anos, afirma "que o CFC cresceu muito nos últimos anos" e se transformou em um dos conselhos de profissões regulamentadas mais respeitados do País. "Tudo isso se deve ao comprometimento dos nossos profissionais e colaboradores, que acreditam no potencial e na importância da Contabilidade brasileira", pontua.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

Foto: Acervo CFC

>> INSTITUCIONAL

CFC promove reunião de presidentes do Sistema CFC/CRCs

A atualização do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 foi um dos temas da reunião.

Por Rafaella Feliciano – Comunicação Social

O CONSELHO FEDERAL de Contabilidade realizou, no dia 15 de agosto, a reunião extraordinária dos presidentes do Sistema CFC/CRCs, em Brasília (DF). Na pauta, os representantes estaduais discutiram temas tais como, a atualização do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, as novidades sobre o Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs para

2018/2027, uma análise sobre o 1º Exame de Suficiência 2018, entre outros.

“As reuniões de presidentes são importantes para o alinhamento das atividades e, também, para que, juntos, possamos avançar nos assuntos de interesse da classe contábil, como os entendimentos sobre a atualização da nossa Lei Orgânica”, afirmou o presidente do CFC, Zulmir Breda.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).



Foto: Robert Rebelo

Reunião de presidentes no CFC

Humberto Jacques, vice-procurador-geral do TSE, participa da reunião Plenária no CFC

Prestação de contas eleitorais e representatividade feminina foram destaques no encontro.

Por Daniel Bruce - Estagiário sob supervisão da Comunicação do CFC

A 1043ª REUNIÃO Plenária do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada dia 16 de agosto, em Brasília (DF), teve a visita do vice-procurador-geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Humberto Jacques Medeiros. O vice-procurador-geral eleitoral destacou a importância dos profissionais da contabilidade para as eleições, além de ressaltar a relevância da representatividade feminina no parlamento. Ele afirmou que “que pouco importa de quais partidos e quem são essas mulheres; a mudança nesse percentual tem impacto de resultado.”

A cota dos recursos públicos que são destinados, dentro das campanhas para as mulheres, foi outro assunto que esteve em pauta. “Falta, no País, a honestidade de propósito de quem está recebendo o recurso em aplicá-lo conforme a lei, em não buscar as brechas na lei para descumprir a legislação, travestindo ela de um aspecto formal”, defendeu o presidente do CFC, Zulmir Breda.

O presidente do CFC também falou da importância das prestações de contas eleitorais, orientando que “tenham cuidado com o que estão averiguando, para que não analisem prestações de contas que não correspondam efetivamente ao que aconteceu na prática”.

MOVIMENTO DAS SUFRAGISTAS – Jacques, por sua vez, lembrou a importância do movimento pelo sufrágio feminino, co-

nhecido como o Movimento das Sufragistas, que em fevereiro deste ano completou 100 anos. “Eu desejo que a minha filha, quando for adulta, diga que o Conselho Federal de Contabilidade foi decisivo para o empoderamento feminino na política do País”, finalizou o vice-procurador-geral Eleitoral.



Humberto Jacques, vice-procurador-geral do TSE.

Qual o perfil do
**Profissional da
área contábil?**

Perfil do Profissional da Contabilidade - 2018

CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

artigo

Estrutura tributária e a qualidade dos gastos públicos

Por Zulmir Ivânio Breda - Presidente do CFC

“ESTÁ EM VOGA a discussão acerca da reforma tributária no Brasil, e a questão que emerge é a seguinte: qual seria, de fato, a reforma necessária? Deve-se assinalar que, embora o Brasil não tenha a maior carga tributária do mundo, a parcela paga pelos contribuintes se alinha à proporção paga em muitos países desenvolvidos. Em termos de valores, no Brasil, esse montante representa 32,6% do PIB enquanto, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média percentual é de 34%. Em países como Suécia, França, Bélgica e Finlândia, essa carga ultrapassa 43%. Na Dinamarca, chega a 45,9% do PIB, sendo essa a maior proporção entre todos os países (estatísticas de 2015).

Aliado ao fato de a carga tributária brasileira ser alta, outro problema, que é anterior a esse, causa maior desalento – a “percepção de retorno” que o cidadão tem em relação à quantia de tributo que paga é muito baixa. Nem é preciso citar estatísticas para se convencer de que há algo de muito errado em áreas vitais da sociedade, como saúde, educação e segurança. E, ao nos compararmos com países que possuem a mesma carga tributária, ou até menor, podemos perceber o quão grave é a situação. Podemos citar como exemplos: Suíça (27,7%), Alemanha (37,1%), Estados Unidos (26,2%) e Canadá (32,0%). Convenhamos, esses países se encontram entre os dez primeiros colocados no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) enquanto o Brasil ocupa a 79ª posição, de acordo com dados de 2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Vale lembrar que esse indicador remete ao desempenho de três óticas – renda, educação e longevidade.

Ademais, outra característica da carga tributária brasileira que nos parece perversa é a forma que esses impostos incidem sobre a

população. Enquanto na maior parte dos países desenvolvidos os impostos incidem mais sobre a renda (diretos) do que sobre o consumo (indiretos), no Brasil, o maior percentual (quase 50%) recai sobre o consumo. Assim, a parcela menos favorecida da população acaba arcando com o maior peso, já que boa parte de sua renda é destinada ao consumo de bens e serviços. Deste modo, o Brasil parece seguir na contramão, como podemos observar na tabela a seguir, que apresenta dados de alguns países selecionados.

E os problemas não param por aqui. A complexidade da estrutura tributária do País também é passível de críticas. Enquanto a maioria dos países adota um imposto único, chamado Imposto sobre Valor Agregado (IVA), no Brasil, temos 5 impostos/contribuições sobre o consumo: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). E, para contribuir com a confusão, as regras para o IPI e o ICMS variam de um estado para outro, o que culmina na “guerra fiscal” entre os entes federativos.

Efetivamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o sistema tributário brasileiro conta com 63 tributos em vigor e 97 obrigações acessórias (conjunto de documentos, registros e declarações utilizadas para o cálculo dos tributos). Essa complexidade, sabemos, é muito desfavorável para o ambiente de negócios, pois, além de onerar as empresas com estruturas especializadas no assunto, contribui para fraudes e evasão fiscal. De acordo com o IBPT, as empresas precisam seguir cerca de 3.790 normas distintas, que mudam com frequência, para estarem em dia com suas obrigações, gerando muita complexidade e insegurança no ambiente de negócios.



Um dado que pode confirmar esse cenário adverso é o Ease of Doing Business – um indicador do Banco Mundial que compara 190 economias de acordo com a facilidade de pequenas e médias empresas domésticas em fazerem negócios. Nesse ano, o desempenho do Brasil neste indicador é de 56,4, ocupando a 125ª posição no ranking, atrás de nossos vizinhos Paraguai (108ª), Argentina (117ª) e Uruguai (94ª). Outra estatística negativa é a do tempo gasto pelas empresas para cumprir as obrigações tributárias, indicador verificado pelo Banco Mundial (2017). De acordo com essa estatística, no Brasil, as empresas gastam cerca de 1.958 horas em média, por ano, para cumprir essas exigências, dado que coloca o País em último lugar no ranking. A Bolívia ocupa o penúltimo lugar, com 1.025 horas gastas. Na Argentina, o tempo médio é de 311,5 horas. Já nos países da OCDE, o tempo é de 160,7 horas por ano, em média, o que representa 8% do tempo gasto no Brasil. Esse ambiente, logicamente, prejudica a nossa competitividade.

Em junho deste ano, aconteceu em São Paulo o Fórum Internacional Tributário (FIT), com o intuito de discutir temas relacionados à Reforma Tributária. Estiveram presentes 20 palestrantes de 14 países, que compartilharam os avanços e retrocessos em suas nações no que se refere à estrutura tributária. Na ocasião, foi lançado o livro “A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas”, ligado ao movimento “Reforma Tributária Solidária”. Nas discussões, ficou evidente a insatisfação dos conferencistas quanto à estrutura tributária no Brasil, principalmente, no que tange a sua característica regressiva e injusta. No entanto, algo que não se pontuou no debate foi o mau uso do dinheiro público no contexto brasileiro.

Composição e representatividade da carga tributária (%) - 2015

Países	Renda	Patrimônio	Consumo	Outros	Carga tributária (% do PIB)
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	44,8
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	45,9
EUA	49,1	10,3	17,0	23,6	28,2
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	38,3
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	43,3
Brasil	21,0	4,4	49,7	24,9	32,6

Fonte: Reforma Tributária Solidária (2018); OECD Revenue Statistics 2017.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

>> INSTITUCIONAL

CFC reforça parceria com entidades ligadas à classe contábil

Os meses de julho e agosto foram marcados por importantes reuniões em prol da classe.

Por Daniel Bruce – Estagiário sob supervisão da Comunicação do CFC

NOS MESES DE julho e agosto, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, recebeu na sede do CFC, em Brasília (DF), representantes de entidades e associações ligadas ao interesse da classe contábil e também compareceu em reuniões que ocorreram em outras organizações com o objetivo de estreitar laços e formar parcerias.

O presidente do CFC também esteve, no dia 25/7, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), oportunidade em que, junto com o novo presidente da instituição, Antônio Carlos Ferreira de Sousa, ratificaram o acordo de cooperação entre as instituições para o combate aos crimes financeiros.

Para saber mais, acesse a Agência de Notícias do CFC, [clikando aqui](#).

No dia 3/8, o presidente Zulmir também esteve presente na Solenidade de Posse da nova Diretoria nacional da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), realizada no Clube Atlético Monte Líbano, em São Paulo (SP).

Foto: Robert Rebelo



Na visita institucional do presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Nogueira, dia 8/8, foram debatidos assuntos de interesse mútuo. O encontro teve como objetivo reafirmar a parceria entre as duas entidades. Na ocasião, o presidente Zulmir Breda reforçou a importância da atuação em conjunto, com os Tribunais de Contas, em trabalhos de incentivo à transparência das contas públicas e, também, do controle social.

>> INSTITUCIONAL

Ifac visita o Brasil para conhecer o processo de convergência das normas de Contabilidade no País

Neste ano, estão previstas a convergência de mais de 11 normas.

Por Rafaella Feliciano – Comunicação Social

O CONSELHO FEDERAL de Contabilidade (CFC) recebeu, nos dias 30 e 31 de julho, a visita institucional do gerente técnico de Qualidade e Desenvolvimento da Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês), Manuel Arias. O objetivo do encontro foi conhecer o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) ao padrão internacional, emitido pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (Ipsasb), que deverão ser publicadas, gradualmente, até 2021.

No Brasil, o processo de adoção das normas é uma parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Secretaria do Tesou-

ro Nacional (STN). O trabalho, iniciado em 2015, já resultou na aprovação e publicação, pelo CFC, da Estrutura Conceitual e de mais dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Para 2018, está prevista a convergência de mais 11 normas.

Para conhecer o trabalho, Arias foi recebido no CFC pelo presidente do Conselho, Zulmir Breda; pelo vice-presidente de Técnica, Idésio Coelho; e a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e Controladora-Geral do Estado de Alagoas, Maria Clara Cavalcante Bugarim. Em reunião, eles discutiram sobre a participação do Brasil na Ifac, as tendências da profissão contábil no País e os desafios e oportunidades que estão surgindo com a padronização na América Latina.

Arias agradeceu a oportunidade e afirmou que o Brasil é exemplo de atuação na América Latina: “É impressionante a atuação técnica do País e organização estratégica para a convergência. Acredito que a experiência já se mostra exitosa”.



Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

>> INTERNACIONAL

XIV Prolatino discute sobre o impacto da tecnologia na profissão

O evento, que acontece no Rio, espera receber mais de 300 participantes.

Por Rafaella Feliciano – Comunicação Social

O MUNDO VIVE constantes transformações, sejam elas culturais, tecnológicas ou sociais. E a Contabilidade procura, cada vez mais, a unificação da sua linguagem em escala global, visando à integração e à valorização de uma das ciências mais importantes ao desenvolvimento sustentável dos países.

Em busca do intercâmbio de reflexões, boas práticas e progressos científicos, o Rio de Janeiro recebe, de 9 a 11 de outubro, o XIV Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino). Reconhecido como um dos principais movimentos culturais de países de língua latina, o evento promete grandes debates sobre avanços tecnológicos, mercado de trabalho e capacitação dos



profissionais da Contabilidade.

Com o lema “210 anos de chegada da Família Real ao Brasil”, o evento traz as transformações e novidades no âmbito contábil, tais como os impactos da tecnologia no mercado de trabalho do profissional da Contabilidade; curiosidades sobre eco-

nomia colaborativa; a convergência das normas públicas aos padrões internacionais; a competência técnica profissional, novidades sobre educação continuada, controle social; entre outros.

O congresso é realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com o Conselho

Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) e com o Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio (Sindicont-Rio).

Para mais informações e inscrições, [clique aqui](#).

>> **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

Seminário Nacional inspira eventos nos Regionais

O evento é uma parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Tribunal Superior Eleitoral.



Profissionais de Sergipe participaram do Seminário no auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE)

Por Daniel Bruce - Estagiário sob supervisão da Comunicação do CFC

DE NORTE A sul do País, os Conselhos Regionais realizaram, nos meses de julho e agosto, seminários sobre prestações de contas eleitorais inspirados no Seminário Nacional sobre Financiamento de Campanha e Prestações de Contas Eleitorais, que aconteceu no dia 20 de junho, na sede do CFC, em Brasília, fruto da parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em Seminário realizado no dia 7 de agosto, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE), o Conselho Regional de Sergipe (CRCSE) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SE), também abordaram a temática “Contabilidade Eleitoral – Da teoria à prática”. O evento contou com a participação de representantes do Poder Judiciário e de representantes da classe contábil.

Na sequência, o CRCSP realizou o Seminário Regional sobre “Prestação de Contas Eleitorais - Eleições 2018”, no dia 17 de agosto, no Sindicato dos Contabilistas de Santos e Região (SinconSantos). O evento contou com palestras de empresários, especialistas e mestres em Contabilidade.

Em todo o País, aconteceram seminários inspirados no Seminário Nacional, que foi realizado no CFC, em Brasília. Na maioria dos eventos ocorreram parcerias com o poder Judiciário para aprimorar o conhecimento e tirar dúvidas sobre a prestação de contas eleitorais.

Confira alguns dos Regionais que tiveram eventos relacionados ao tema. Região Norte: Conselho Regional de Contabilidade do Acre (CRCAC), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade do Amapá (CRCAP), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade do Pará (CRCPA), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade de Roraima (CRCRR), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade de

Tocantins (CRCTO), [clique aqui](#). Região Nordeste: Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), [clique aqui](#). Região Sudeste: Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRCES), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), [clique aqui](#). Região Sul: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), [clique aqui](#); Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), [clique aqui](#). Região Centro-Oeste: Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul (CRCMS), [clique aqui](#). Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso (CRCMT), [clique aqui](#).

>> **INSTITUCIONAL**

CFC conquista a mais moderna versão da norma ISO

Há 11 anos, o CFC vem adotando os procedimentos da norma.

Por Fabrício Santos – Comunicação Social

EM UM AMBIENTE regido pela modernidade e pela globalização, prezar pela qualidade se tornou uma questão indispensável. E isso vale para companhias, instituições ou órgãos públicos de qualquer área.

Assim, buscando o aprimoramento constante e a excelência na gestão da qualidade, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem adotando a norma ISO 9001 há 11 anos. Desde então, os procedimentos

foram se modernizando e se adaptando aos requisitos exigidos, buscando a harmonização com a regulamentação internacional. A conquista mais recente do CFC foi a migração para a versão 2015 da Norma ISO, considerada a mais moderna versão da norma. Esse progresso foi possível em virtude das diretrizes primadas pela entidade como, por exemplo, liderança, engajamento, tomada de decisão baseada em evidências e gestão de riscos.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).



Nova ferramenta de acessibilidade no Portal do CFC

Com foco na inclusão social, a ferramenta facilita o acesso à informação.

Por Daniel Bruce – estagiário sob supervisão da Comunicação Social



O CONSELHO FEDERAL de Contabilidade (CFC) disponibilizou aos cidadãos uma nova ferramenta de acessibilidade que deruba barreiras e facilita o acesso à informação. Trata-se de um aplicativo (Rybená Web) que está fixado no canto superior direito do Portal do Conselho. Ele promove a inclusão social e o acesso à informação de maneira integradora, já que permite que pessoas com deficiência auditiva ou visual tenham acesso ao conteúdo por meio da tradução tanto para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) quanto para a voz (língua falada).

Além do site, a tecnologia agora também está disponível no Portal da Transparência e Acesso à informação, o que permite a todos acompanhar a prestação de contas do CFC para a sociedade.

Para realizar a tradução, basta selecionar uma palavra ou trechos para que o texto escrito em Língua Portuguesa seja convertido para Língua Brasileira de Sinais (Libras), ou para a voz (língua falada). Dessa maneira, a leitura do conteúdo do portal poderá ser realizada por um número ainda maior de cidadãos.

Essa nova tecnologia garante também o cumprimento da Lei n.º 12.527/2011 e da Resolução CFC n.º 1.439/2013, que regulam sobre o acesso a informações.

A nova edição da Revista Brasileira de Contabilidade está disponível.

Acesse gratuitamente em rbc.cfc.org.br



>> INSTITUCIONAL



Nova diretoria completa seis meses de gestão

O relatório apresenta as principais atividades realizadas no primeiro semestre de 2018.

Por Andréa Rosa – Comunicação Social

DIVULGADO NO DIA 9 de julho, o relatório apresentou os resultados de ações que contemplam a melhoria do ambiente regulatório; o Programa de Educação Continuada; o fortalecimento das parcerias e ini-

ciativas para reforçar o interesse social do trabalho do profissional da Contabilidade, entre outros.

Outro ponto de destaque refere-se à Inteligência Artificial. “É um caminho sem volta e a profissão contábil pode contribuir e aprender muito com essa que é conside-

rada a Quarta Revolução Industrial. Não é necessário pensar muito para entender que os tempos modernos já ditaram o perfil do mercado de trabalho daqui pra frente”, disse o presidente Zulmir no início da gestão.

Para ler a íntegra do relatório, [clique aqui](#).

>> **INSTITUCIONAL**

CFC divulga Relatório de Atividade do CRE 2017

O Relatório apresenta os avanços do Comitê conquistados nos últimos anos.

Por Daniel Bruce – estagiário sob supervisão da Comunicação Social

O COMITÊ ADMINISTRADOR do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) foi instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pelos Contadores e Firmas de Auditoria, com vistas a assegurar a qualidade

dos trabalhos desenvolvidos. A qualidade, neste contexto, é medida pelo atendimento das normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, quando aplicável, das normas emitidas por órgãos reguladores.

Nesse sentido, o Relatório de Atividades do CRE 2017 teve como foco a manutenção dos avanços conquistados nos últimos anos, especialmente quanto à independência do Comitê, aos procedimentos de análise das revisões e a agilidade e transparência

de seus atos. Além disso, o Comitê realizou treinamentos para os auditores de vários Estados que pontuaram para a Educação Profissional Continuada (EPC), a fim de aprimorar os procedimentos de revisores e revisados, projeto que deverá ser realizado novamente em 2018.

O Relatório de Atividades do CRE 2017 já está disponível no site do CFC.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

Receita Federal flexibiliza calendário do eSocial para as MPEs e MEI

As empresas poderão enviar informações a partir de novembro sem multa.

Por Rafaella Feliciano – Comunicação CFC - com informações da Receita Federal

NO DIA 11 de julho, a Receita Federal anunciou que flexibilizará o calendário do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para as micros e pequenas empresas, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, e aos microempreendedores individuais (MEI). De acordo com a Resolução n.º 4 do Comitê Diretivo do eSocial, publicada no Diário Oficial da União, as empresas poderão enviar as informações necessárias a partir do mês de novembro deste ano sem que haja multa para aquelas que não iniciarem o processo em julho, como era previsto anteriormente. A ideia é que os empresários tenham flexibilização no envio das informações trabalhistas, tais como cadastro do empregador, admissões, afastamentos e desligamentos, folhas de pagamento, entre outras. No entanto, os empregadores

deste grupo com interesse em ingressar no eSocial desde já, tiveram acesso ao sistema a partir de 16 de julho.

No entanto, para as demais empresas privadas do País - que possuam faturamento anual inferior a R\$78 milhões - o eSocial tornou-se obrigatório no dia 16 de julho, data em que foi iniciada a implementação ao segundo grupo que se dará de forma escalonada, em cinco fases, até janeiro de 2019.

De 16 a 31 de agosto, os empregadores, com exceção às MPEs e o MEI, deverão enviar apenas informações de cadastro e tabelas das empresas. A partir de setembro, será preciso incluir na plataforma informações sobre os trabalhos e seus vínculos com as empresas, tais como admissões, demissões e afastamentos. Já em novembro, até o final de 2018, a exigência será sobre a inclusão dos dados referentes às remunerações dos trabalhadores e realizado o fechamento das folhas de pagamento no ambiente nacional.



Para as MPEs e ao MEI, como esses estarão obrigadas ao eSocial somente a partir de novembro, quando ingressarem no sistema, eles deverão prestar as informações referentes às três fases iniciais do cronograma.

Já em janeiro de 2019 haverá, para todo o segundo grupo, a substituição da Guia de Informações à Previdência Social (GFIP) pelo eSocial e a inserção de dados de segurança e saúde do trabalhador no sistema.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

artigo

A importância da fiscalização profissional

Por Sandra Maria Batista – Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC

“SABENDO QUE UMA atividade profissional surge em resposta às necessidades e às aspirações da sociedade, é essencial sua organização a fim de proteger e zelar pelos interesses dessa mesma sociedade e, além disso, assegurar o exercício profissional de pessoas qualificadas e habilitadas para prestar serviços de qualidade. É nesse âmbito que se encontram os conselhos profissionais, que, entre outras finalidades, visam orientar, normatizar e fiscalizar o exercício de determinado ofício para a tranquilidade e segurança dos beneficiários dos serviços.

Aproveitando o ensejo, convém esclarecer uma questão que ainda desperta dúvidas em muitas pessoas: conselhos profissionais são distintos de sindicatos e de associações? As associações possuem cunho científico e cultural e são responsáveis por congregarem os profissionais de determinada área, visando à atualização e ao aprimoramento profissional. Os sindicatos, por sua vez, têm como objetivo principal a representação e defesa da classe profissional, principalmente em relação às condições de trabalho e à remuneração. Aos conselhos profissionais cabe regular a profissão; orientar os profissionais no exercício do seu ofício; zelar pela ética e excelência nos serviços prestados; e conceder o registro ao profissional e fiscalizá-lo em suas atividades.

Ademais, como salienta o documento Orientações para os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais, do Tribunal de Contas da União (TCU), “a atuação dos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais se revela de extrema importância para o desenvolvimento sustentável de nosso país na medida em que assegura o adequado acompanhamento do

exercício de atribuições previstas em lei, prioritárias de determinadas categorias”.

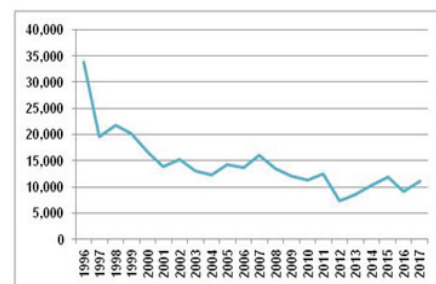
De modo particular, os conselhos que regulamentam as profissões são criados por lei, com caracterização jurídica de autarquias especiais e dotados de personalidade de direito público. Nessa ótica, regulamentar significa impor limites, normatizar e prezar pela qualidade da atividade profissional, que já se encontra reconhecida e assegurada constitucionalmente.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de posse desses atributos, foi criado e é regido pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946. Como mencionado, por sua natureza, uma de suas principais funções é a de fiscalizar o exercício da profissão contábil. Essa função assume importância ímpar ao atuar diretamente no controle ético e técnico-profissional, dimensionando o seu compromisso social e reafirmando a relação de confiança, segurança e respeito com a classe contábil no exercício de suas funções.

É importante ressaltar que esse compromisso com a sociedade se torna ainda mais valoroso tendo em vista o momento vivenciado no País. Os casos de corrupção e ações criminosas, envolvendo tanto o Governo quanto empresas, trouxeram consigo o anseio social por reavivar valores morais e éticos. Em termos concretos, os atos ilegais estão sendo cada vez menos tolerados e devem ser punidos com mais rigor a fim de serem desestimulados em definitivo.

Assim, esse compromisso do profissional com a integridade precisa ser reassumido dia a dia, tanto pelo seu cumprimento quanto pelo incentivo aos outros com quem se relaciona, com o cumprimento das boas práticas, das leis e dos regulamentos. Dessa maneira, a sociedade continuará encontrando na classe contábil a postura íntegra e o suprimento, com excelência, de todas as suas necessidades no âmbito dos afazeres contábeis.

Na prática, a fiscalização do exercício da profissão contábil, de abrangência nacional, é exercida pelo Sistema CFC/CRCs, por intermédio de dedicados fiscais contratados para esta tarefa, que atuam em ações de caráter educativo, restritivo e coercitivo que se coadunam com a dignidade, a responsabilidade e o respeito às normas

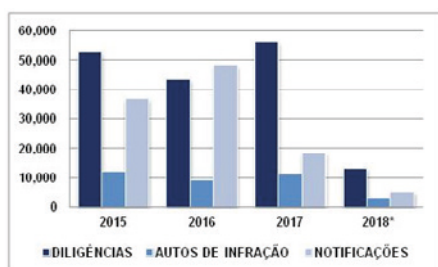


profissionais, sempre focados na proteção das prerrogativas profissionais e no atendimento ao interesse público para o bem coletivo.

Nesta linha de pensamento, ressaltam-se aqui alguns dos projetos que fazem parte das atividades de fiscalização do CFC: 1) Ações de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs – têm como premissa evidenciar que os CRCs adotem ações visando ao cumprimento de seu papel institucional; 2) Acompanhamento e Apoio à Fiscalização e às Câmaras de Fiscalização dos CRCs – têm por finalidade desenvolver atividades de acompanhamento e assessoramento às ações que contribuam para que a fiscalização seja exercida com abrangência e uniformidade; e 3) Revisão da Legislação Aplicada à Fiscalização – busca a atualização e adequação da legislação aplicada à fiscalização do Sistema CFC/CRCs.

De acordo com o Art. 76 da Lei n.º 12.249/2010 – que alterou alguns dispositivos do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 –, as penalidades aplicáveis por transgressão ao exercício legal da profissão podem ser: disciplinares – i) multas, que variam de uma a dez vezes o valor da anuidade corrente; ii) suspensão do exercício da profissão por até dois anos; iii) cassação do registro profissional e; éticas – iv) advertência reservada, censura reservada e censura pública. A alteração introduzida na nossa lei de regência representa um ganho significativo ao evidenciar que a profissão recrimina em grau máximo de punição as condutas como “crime contra a ordem econômica e tributária, apropriação indébita de valores de clientes confiados à sua guarda e incapacidade técnica de natureza grave”. Antes dessa mudança na lei, não havia a previsão legal de cassação do registro profissional.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).



>> QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Profissionais buscam mais especialização

O mercado competitivo exige melhor qualificação e reconhecimento renovados.

Por Fabrício Santos – Comunicação Social

UMA COISA É certa: o mercado de trabalho nunca esteve tão competitivo como está agora. E para os profissionais da contabilidade não seria diferente.

Destacar-se no meio de uma multidão, que, segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ultrapassa os mais de 520 mil profissionais da contabilidade, não é tarefa das mais fáceis e exige, constantemente, a busca por qualificação e conhecimento renovado.

Na Contabilidade, por exemplo, o recém-formado com o registro nas mãos poderá atuar em várias áreas das Ciências Contábeis, como Auditoria, Perícia, Controladoria, Diretoria Financeira, Escrituração, entre outros. Mas, para isso, é preciso especializar-se.

A vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Sandra Maria Batista, afirma que “na Contabilidade, provemos os gestores – públicos e privados – e o Judiciário com as informações mais valiosas para que eles possam decidir sobre as questões patrimoniais, construir um futuro melhor para seus negócios ou para a administração dos recursos públicos, melhorar sua performance com um adequado cumprimento das regras (compliance), entre outras. É uma responsabilidade imensa que encaramos não como um desafio, mas como um compromisso com os profissionais”.

São muitas oportunidades para o aprimoramento profissional que o CFC dispõe, a exemplo do Exame de Qualificação Técnica (EQT) para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) para contadores que pretendem atuar em auditoria nas instituições reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), que está na sua 18ª edição; e o Exame



Sandra Maria Batista, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

de Qualificação Técnica para Perito Contábil, que assegura ao contador o registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), que está na segunda edição.

Neste mês de agosto, foram aplicadas as provas para esses dois Exames, e a procura dos profissionais que buscam especialização aumentou. Em relação a 2017, a procura

O sistema contábil brasileiro vem investindo a cada ano com ofertas de um rico e variado cardápio temático, em cursos, seminários e convenções, com o propósito de contribuir para a renovação do conhecimento e ampliar as oportunidades para acesso ao mercado para esses profissionais.

ra pela certificação foi de 49,72%, da CVM; 15,73%, QTG; 30,84%, Susep; e para EQT Perito Contábil, o aumento foi de 26,04%. “Frequentar o ambiente de capacitação oferecida pelo sistema contábil brasileiro para o aperfeiçoamento possibilita aos acadêmicos e aos profissionais de contabilidade o acesso às discussões técnicas e atuais da profissão para a ocupação no mercado de trabalho. O aumento de inscritos se deve pelo compromisso do CFC em manter os profissionais aptos a atuar nas diversas áreas da Contabilidade”, esclarece Sandra.

A Lei nº 12.249/2010 modificou a Lei de Regência e atribuiu ao CFC competência para regulamentar sobre o Cadastro de Qualificação Técnica e Programas de Educação Continuada. Os critérios de exigência dos cadastros específicos, legítimos e legais, estão em consonância com sua natureza (ingresso voluntário e por meio de exame) e condição de permanência (conhecimento renovado), o que possibilita a credibilidade do banco de dados oferecido pelo sistema contábil brasileiro à sociedade e aos interessados. “São critérios razoáveis para a seleção e manutenção desses profissionais certificados que buscam se posicionar no mercado especializado”, afirmou a vice-presidente do CFC.

As provas para a 18ª edição do EQT Auditoria e a 2ª edição EQT Perito Contábil foram aplicadas de 20 a 24 de agosto. “Com o registro nas mãos, o profissional tem a necessidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e estar sempre alinhado com as constantes mudanças do mercado. O sistema contábil brasileiro vem investindo a cada ano com ofertas de um rico e variado cardápio temático, em cursos, seminários e convenções, com o propósito de contribuir para a renovação do conhecimento e ampliar as oportunidades para acesso ao mercado para esses profissionais. É uma aposta para a qualidade dos serviços prestados”, concluiu Sandra Batista.

>> **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas confirmam compromisso com a defesa da educação superior e da valorização profissional

O CFC participou do evento, que teve como objetivo compartilhar ideias e experiências entre os Conselhos.

Por Andréa Rosa – Comunicação Social

NO DIA 29 de junho, o Conselho Federal de Contabilidade participou, em Brasília (DF), do Fórum Permanente sobre Ensino Superior na Visão dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de sua

Comissão Nacional de Educação Jurídica.

O evento teve como objetivo compartilhar experiências e ideias, com o intuito de aprimorar o ensino superior e fortalecer a atuação conjunta dos Conselhos representantes de classes profissionais no Brasil.

Como resultado das discussões e, considerando a preocupação comum a todos sobre a qualidade da formação profissional, as

entidades participantes do referido Fórum produziram Nota Oficial, na qual confirmam o compromisso com a defesa da educação superior e a valorização de profissionais devidamente habilitados perante o conselho profissional competente.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

>> **INSTITUCIONAL**

O Prêmio Olivio Koliver acontece em setembro no ENCPCCC

A entrega será no dia 29 de setembro, na sede do CRCSP.

Por Fabrício Santos – Comunicação Social

APENAS UM DOS artigos publicados na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), durante o ano de 2017, alcançará a premiação intitulada Prêmio Olivio Koliver. Nesta 5ª edição, o artigo vencedor receberá o Prêmio durante o 11º Encontro Nacional de Coordenadores e

Professores do Curso de Ciências Contábeis, previsto para acontecer no dia 29 de setembro, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP).

Instituída pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em homenagem à memória de um dos maiores expoentes da Contabilidade brasileira, Olivio Koliver, falecido em 2009, a distinção tem por finalidade es-

timular a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil.

O Prêmio é promovido pela Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) e se destina a todos os articulistas que tiveram seus artigos veiculados na RBC no exercício anterior à entrega da premiação.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

XI ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES E PROFESSORES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
29 DE SETEMBRO • SEDE DO CRCSP

INSPIRAR, EDUCAR E **EVOLUIR**

Participantes: CFC, CRCSP, ABRACICON, FBC, Sistema CRCSPs.

>> **VOLUNTARIADO DA CLASSE CONTÁBIL**

Profissionais da Contabilidade participam de eventos com foco social

Por meio do PVCC, o CFC fortalece o engajamento da classe em ações sociais pelo País.

Por Rafaella Feliciano - Comunicação CFC

9º ENCONTRO NACIONAL DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO BRASIL

– O Encontro aconteceu no dia 23 de agosto em Curitiba (PR), durante o 2º Congresso Pacto pelo Brasil e a Comissão Gestora Nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil marcou presença na ação. A criação dos observatórios sociais integra o subprograma 1 do PVCC, intitulada “Rede Nacional de Cidadania Fiscal”. O objetivo é estimular os profissionais a liderarem o processo de criação e operacionalização de Observatórios Sociais (OSs) nos seus municípios.

Os OS são organizações instituídas e mantidas pela sociedade civil, tendo por objetivo promover a conscientização da sociedade para a cidadania fiscal e propor aos governos locais a adequada e transparente gestão dos recursos públicos, por meio de ações de participação e controle social. Para ler o conteúdo completo [clique aqui](#).

PVCC PARTICIPA DE CAPACITAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL

– Os integrantes da Comissão Gestora Nacional participaram no dia 22 de agosto, em Curitiba (PR), de capacitações promovidas pelo Observatório Social do Brasil (OSB). Um dos destaques da capacitação foi o painel “Cidadania, Tecnologia e Gestão Pública”. Representantes do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União (CGU) apresentaram boas práticas sobre soluções tecnológicas a serviço da eficiência da gestão pública.

Para o coordenador-geral do PVCC, conselheiro Elias Dib Caddah Neto, as ferramentas apresentadas auxiliarão na criação de uma agenda voluntária positiva que facilitará o crescimento da cultura de eficiência da administração pública e enfrentamento à corrupção. “Além de uma verdadeira aula



A Comissão Gestora Nacional do PVCC reuniu-se em Curitiba.

de cidadania, recebemos mais informações sobre a implantação da gestão dos observatórios sociais, assim, a comissão poderá tornar-se multiplicadora do projeto nos estados resultando, portanto, na efetivação do controle dos gastos públicos”, ressaltou. Para ler o conteúdo completo [clique aqui](#).

COMISSÃO GESTORA NACIONAL DO PVCC SE REÚNE EM CURITIBA

– Durante o 2º Congresso Pacto Brasil, os integrantes da Comissão do PVCC reuniram-se, no dia 21 de agosto, para avaliarem as ações realizadas pelo PVCC nos últimos meses. Na pauta, foram discutidas a criação de um tutorial sobre como o voluntário pode atuar no programa; o funcionamento do Sistema de Cadastro; a aprovação da nova logomarca; e, também, sugestões sobre campanhas sociais para o segundo semestre.

“O mais importante desse tipo de encontro é a integração. Juntos, fomentamos ações sociais voluntárias que são empreendidas em todo o País, já que temos representatividade e capilaridade em todos os estados. E a ideia é avançar”, afirmou o coordenador-geral do PVCC, conselheiro Elias Dib Caddah Neto. Para ler o conteúdo completo [clique aqui](#).

CFC marca presença no 2º Congresso Pacto pelo Brasil

– No combate à corrupção, incentivar o controle social tornou-se uma das principais metas da classe contábil. Engajado nessa missão, o conselheiro Pedro Gabriel, que representou o presidente do CFC, Zulmir Breda, participou, na noite desta segunda-feira (20), da abertura do 2º Congresso Pacto Pelo Brasil, realizado em Curitiba (PR).

Promovido pelo Observatório Social do Brasil (OSB), o evento teve o objetivo de trabalhar a temática “Integridade, Tecnologia e Governança”, apresentando diversos exemplos de boas práticas e realizando a troca de experiências entre os mais de 1.000 participantes entre dirigentes e voluntários do Sistema OSB, gestores públicos, parceiros nacionais e internacionais.

“O CFC está na gênese dos observatórios sociais. De cada 10 observatórios, em nove possuímos a presença dos profissionais da Contabilidade. Como entidade representativa, trazemos para nós a responsabilidade social, que é nosso dever enquanto atores sociais”, afirmou o conselheiro Pedro Gabriel Kenne da Silva, que também é vice-presidente para Assuntos Institucionais e de Alianças do Observatório Social do Brasil. Para ler o conteúdo completo, [clique aqui](#).